

Coordenadores

Augusto Neves Dal Pozzo
José Roberto Pimenta Oliveira

Lei de Improbidade Administrativa Reformada

Leis

8.429/92

14.230/21

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Feicio, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiários: Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROBOSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lei de improbidade administrativa reformada / coordenação
Augusto Neves Dal Pozzo, José Roberto Pimenta de Oliveira. -- São
Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-319-0

Direito administrativo 2. Direito administrativo Brasil
3. Improbidade administrativa - Legislação - Brasil I. Dal Pozzo, Augusto
Neves. II. Oliveira, José Roberto Pimenta de.

22-110607

CDU-35.086(81)(094 56)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Improbidade administrativa : Direito administrativo : Leis
comentadas 35.086(81)(094.56)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária CRB-8/9427

SUMÁRIO

SOBRE OS COORDENADORES	5
SOBRE OS COAUTORES	7
APRESENTAÇÃO	15
AUGUSTO NEVES DAL POZZO e JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA	
PARTE I	
SISTEMA DE RESPONSABILIZAÇÃO PELA PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	
PANORAMA DO SISTEMA DE RESPONSABILIZAÇÃO PELA PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA REFORMADA	51
JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA e DINORÁ ADELAIDE MUSETTI GROTTI	
Introdução	51
1. Sistema de responsabilização pela prática de atos de improbidade adminis- trativa	52
2. Implicações no tratamento legislativo do bem jurídico protegido	59
3. Implicações no tratamento legislativo na tipificação de ilícitos	62
4. Implicações no tratamento do sancionamento legal	67
5. Implicações no tratamento do processo judicial	70
6. Implicações no tratamento da consensualidade	74
Conclusões	78
Referências bibliográficas	79
A IMPROBIDADE COMO SISTEMA DE RESPONSABILIZAÇÃO	85
FERNANDO MENEZES DE ALMEIDA	
Apresentação	85
1. Noções gerais de responsabilidade	86
2. A responsabilidade por improbidade diante da dicotomia responsabilidade penal e responsabilidade civil	89
Conclusão	91
RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E IMPROBIDADE ADMINISTRA- TIVA: UMA HISTÓRIA CONTURBADA	95
RICARDO MARCONDES MARTINS	
Introito: interpretação e realidade	95

1.	Responsabilização funcional e administração paralela	97
2.	Improbidade administrativa na Constituição de 1988.....	98
3.	Improbidade administrativa no texto originário da Lei 8.429/92	102
4.	Improbidade administrativa na Lei 14.230/21.....	104
5.	Responsabilização de agentes públicos por conduta culpa após a Lei 14.230/21	107
	Referências bibliográficas	108
O REENCONTRO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COM O PROPÓSITO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988		111
	LUIS MANUEL FONSECA PIRES e VITOR MARQUES	
	Introdução	111
1.	Surgimento da LIA	112
2.	Alterações recebidas pela LIA até 2021.....	114
3.	Cenário fático que exigiu a reforma da LIA.....	116
4.	Desafios para a Lei 14.230/2021	118
	Conclusão.....	122
	Referências bibliográficas	123
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, HIPERNOMIA E EXCEÇÃO.....		125
	PEDRO ESTEVAM ALVES PINTO SERRANO e ANDERSON MEDEIROS BONFIM	
	Introdução	125
1.	A escassez dos estudos científicos da exceção no direito administrativo sancionador brasileiro	126
2.	A anomia e a hipernomia no contexto das funções estatais.....	127
3.	Esforço histórico e teórico introdutório ao tema da exceção.....	130
4.	Propedêutica do autoritarismo líquido.....	132
5.	Revisitando a leitura da exceção em Carl Schmitt e Giorgio Agamben: da incorporação ao direito e do campo de indeterminação ao arquétipo da exceção na contemporaneidade.....	133
6.	A hipernomia como mecanismo de exceção no direito administrativo sancionador e o novo marco da Lei de Improbidade	135
	Considerações finais	140
	Referências bibliográficas	141
REFORMA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: EM BUSCA DE UM MELHOR EQUILÍBRIO		143
	JOSÉ VIRGÍLIO LOPES ENEI	
	Introdução	143
1.	A paralisia administrativa.....	144
2.	<i>Business judgement rule</i> e princípio da deferência	145
3.	Controle exorbitante	146
4.	A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB	147
5.	Reforma da Lei de Improbidade: a Lei 14.230/2021	149

6. Comportamento procrastinador, omissivo ou denegatório de direitos do administrado como ato de improbidade	150
Conclusões	152
A AMPLIAÇÃO DA NOÇÃO DE AGENTE PÚBLICO NA REMODELADA LEI DE IMPROBIDADE	155
GEORGHIO ALESSANDRO TOMELIN e RAFAEL BONASSA FARIA	
1. Para um novo cenário persecutório limitado pela relação jurídica	155
2. A ação de improbidade é meio	157
3. Resgatando a essência do conceito de improbidade	158
4. O teor “criminaliforme” da ação de improbidade administrativa	159
5. Novos réus da improbidade: com ou sem litisconsórcio	160
6. Doravante os particulares sozinhos no polo passivo da ação	163
Conclusões sobre o remodelado art. 2º da Lei de Improbidade	166
Referências	166
OS ÂMBITOS DE RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA LEI Nº14.230/2021	167
ROGÉRIO GESTA LEAL	
Notas introdutórias	167
1. A empresa como sujeito de direito e deveres	167
2. Matrizes normativas de responsabilidades da empresa em face da Administração Pública	170
3. A responsabilidade da empresa por atos de improbidade administrativa: possibilidades interpretativas	176
Referências bibliográficas	183
OPAPEL DA EMPRESA NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI 8.429/92, ALTERADA PELA LEI 14.230/21)	187
ARTUR PORTO ALEGRE	
1. Lei de Improbidade Administrativa. Breve contexto histórico	187
2. Desiderato da Lei de Improbidade e sua eficácia	188
3. O Brasil imaturo: avidez punitiva que acaba com a economia	189
4. A empresa como núcleo social das comunidades e os exageros punitivos	190
5. Um novo papel das sociedades empresariais no mundo: caminho sem volta ...	193
6. A Nova LIA como instrumento de direito sancionador (art. 1º, § 4º, da Lei de Improbidade)	195
7. A função social da empresa como matéria de dosimetria das sanções na Nova LIA	197
Conclusão	199
Referências bibliográficas	200
ENTIDADES TUTELADAS PELA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (SUJEITOS PASSIVOS)	201
RAPHAEL DE MATOS CARDOSO	
Introdução	201

1.	Breve histórico da tutela da moralidade administrativa	201
2.	O bem jurídico tutelado pela moralidade administrativa.....	207
2.1.	Atos de improbidade administrativa.....	208
3.	O sujeito passivo do ato de improbidade administrativa	209
4.	A pessoa jurídica tutelada pela lei de improbidade administrativa e a legitimação processual	211
	Conclusão.....	213
	Referências bibliográficas	214
TRIBUNAL DE CONTAS E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		217
EDGAR GUIMARÃES e BRUNO GOFMAN		
	Introdução	217
1.	O controle da administração	218
2.	Tribunal de Contas no cenário constitucional contemporâneo	221
3.	Impactos da nova lei de improbidade administrativa na atuação dos Tribunais de Contas	224
3.1.	Ausência de improbidade por divergência interpretativa – Artigo 1º, § 8º....	226
3.2.	Omissão ao dever de prestar contas configura ato de improbidade apenas quando o gestor tinha condições para fazê-lo, mas visou ocultar irregularidades – Artigo 11, VI	227
3.3.	Cientificação do Tribunal de Contas acerca da instauração de procedimento administrativo para apurar a prática de improbidade – Artigo 15 ...	228
3.4.	Oitiva do Tribunal de Contas para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido – Artigo 17-B, § 3º	230
3.5.	Efeitos das decisões dos Tribunais de Contas – Artigo 21	231
	Conclusões	233
	Referências bibliográficas	234
PARTE II		
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR		
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A PROIBIÇÃO DO <i>BIS IN IDEM</i>.....		239
EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR		
1.	Esclarecimentos prévios necessários ao desenvolvimento do tema	239
2.	O princípio e o seu fundamento, especialmente quanto ao sistema jurídico pátrio	241
3.	A LIA e o <i>bis in idem</i> material	247
4.	A LIA e o <i>bis in idem</i> processual	252
	Síntese conclusiva	256
	Referências bibliográficas	257
GENÉRICO OU ESPECÍFICO? AFINAL, QUAL O DOLO EXIGÍVEL NO NOVO REGIME DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA?		259
RODRIGO VALGAS DOS SANTOS		
1.	Lei 14.230/2021: contexto e razões que levaram à edição da norma.....	259

2. A superação da modalidade culposa	263
3. Caracterização do dolo nas ações de Improbidade Administrativa	263
4. Retroatividade do dolo específico para as condenações fundadas apenas no dolo genérico	268
Conclusão	270
Referências bibliográficas	270
O ADVENTO DA LEI Nº 14.230/21 E O CONSEQUENCIALISMO INSERIDO NO ART. 17-C, INCISO II, DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA REFORMADA: UMA NECESSIDADE	273
LAÍS AZEVEDO BARRETO MARQUES	
Introdução	273
1. O consequencialismo como uma tendência no Direito Administrativo Sancionador Brasileiro	276
2. O consequencialismo na reforma da Lei de Improbidade Administrativa: análise do art. 17-C, inc. II, trazido pela Lei nº 14.230/2021	281
3. A inclusão do consequencialismo no novo texto da Lei de Improbidade Administrativa como uma medida necessária	284
Referências	286
A NATUREZA SANCIONATÓRIA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A SUA INCORRETA CONVERSÃO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA	289
GABRIEL PINHEIRO CHAGAS	
Introdução: o reconhecimento da improbidade administrativa como elemento do Direito Administrativo Sancionador	289
1. A impropriedade do § 16 do artigo 17 da Lei nº 14.230, de 2021	293
2. A antinomia entre o § 16 do artigo 17 e o artigo 17-D da Lei nº 14.230, de 2021	297
Conclusões	298
Referências	299
PARTE III	
ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. TIPOS E SANÇÕES	
ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE ATENTAM CONTRA PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	303
ADILSON ÁBREU DALLARI	
Introdução	303
1. Princípios jurídicos e princípios da Administração Pública	304
2. Incisos mantidos	306
3. Incisos revogados	306
4. Incisos com nova redação	307
5. Incisos acrescentados	307
6. Os parágrafos do artigo 11	310
Conclusões	311

AS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AS ALTERAÇÕES PROPORCIONADAS PELA LEI Nº 14.230/2021: ENTRE AVANÇOS, RETROCESSOS E PERSPECTIVAS 315

FABIANO TESOLIN

Introdução	315
1. A natureza jurídica da ação de improbidade administrativa e seus reflexos na imposição de sanções	316
2. O ressarcimento de danos ao Erário	321
3. As sanções em espécie após a Lei nº 14.230/2021	323
3.1. A perda de bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio	323
3.2. A multa civil e os diferentes tipos ímprobos	324
3.3. A perda da função pública	326
3.4. A suspensão de direitos políticos	327
3.5. A proibição de contratação com o Poder Público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios	328
4. As sanções impostas às pessoas jurídicas por atos de improbidade administrativa	329
5. O sancionamento de atos ímprobos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados pela Lei de Improbidade Administrativa	332
6. Aspectos processuais da aplicação das sanções na Lei nº 8.429/1992	332
7. A dosimetria das sanções na Lei de Improbidade Administrativa	334
Conclusões	335
Referências bibliográficas	336

O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 339

PEDRO LUIZ FERREIRA DE ALMEIDA

Introdução	339
1. O Princípio da Insignificância e suas origens no Direito Penal	340
2. A Improbidade Administrativa	343
3. Tipicidade da improbidade administrativa: a tipicidade formal e material	345
4. Princípio da insignificância e improbidade administrativa.....	348
5. Princípio da insignificância e os atos de menor ofensa, as chamadas “pequenas improbidades”	351
Conclusões	353
Referências bibliográficas	354

AS SANÇÕES NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA REFORMADA E O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA 357

GUILHERME CORONA RODRIGUES LIMA

Introdução	357
1. As sanções na Lei de Improbidade Administrativa reformada	358

2. Princípios norteadores de aplicação de sanções na Lei de Improbidade Administrativa reformada.....	361
3. O princípio da função social da empresa e a aplicação das sanções na Lei de Improbidade Administrativa reformada.....	363
4. A dosimetria das sanções.....	365
Conclusão.....	367
Referências.....	367
A EXCLUSÃO DA CULPA NOS CASOS DE DANO AO ERÁRIO E AS CONSEQUÊNCIAS DA LEI NO TEMPO.....	369
PAULO HENRIQUE TRIANDAFELIDES CAPELOTTO e ROBERTO RICOMINI PICCELLI	
Introdução.....	369
1. A exclusão da responsabilidade por culpa nos casos de dano ao erário.....	370
2. A Lei de Improbidade Administrativa no tempo.....	372
Conclusões.....	375
Bibliografia.....	377
RESPONSABILIDADE DE PESSOAS JURÍDICAS E SEUS SÓCIOS E DIRIGENTES PELOS ATOS ÍMPROBOS: UM RÉQUIEM À EFETIVIDADE DAS SANÇÕES DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA REFORMADA.....	379
RICARDO MAGALHÃES DE MENDONÇA	
1. O regime jurídico da tutela da probidade administrativa e sua conformação constitucional.....	379
2. A Lei de Improbidade Administrativa.....	381
3. Mandamentos constitucionais em matéria de direitos fundamentais: a proibição de retrocesso e a vedação à proteção insuficiente.....	382
4. Do enquadramento como Direito Administrativo sancionador à relação com os princípios e institutos do Direito Penal.....	385
5. A perspectiva da responsabilidade das pessoas jurídicas e seus dirigentes: incoerências e inconstitucionalidades.....	388
6. A solidariedade na responsabilidade dos agentes ímprobos.....	394
Conclusão.....	398
Referências bibliográficas.....	399
A PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO NA LEI DE IMPROBIDADE: O QUE MUDOU COM A LEI N. 14.230/2021?.....	401
THIAGO MARRARA	
Introdução: aspectos gerais da LIA.....	401
1. A sanção de proibição de contratar: o que mudou com a Lei 14.230/2021? ...	404
2. Limites temporais.....	405
3. Limites materiais.....	407
4. Limites espaciais.....	408

5. Limites subjetivos	409
Conclusão	413

DOSIMETRIA DA SANÇÃO POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA À LUZ DA LEI Nº 8.429/1992 (COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021)..... 417

DANIEL FERREIRA

Introdução	417
1. Condutas de improbidade administrativa são necessariamente dolosas.....	418
2. “Utilidade” da LIA para fins de ressarcimento ao erário por conta de condutas danosas culposas.....	421
3. Acordos no âmbito da LIA	424
4. Sanções de improbidade administrativa para quê? E para quem?.....	426
5. Sanções (típicas) de improbidade administrativa: multa, proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos	429
5.1. Multa	429
5.2. Proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios	431
5.3. Perda da função pública	432
5.4. Suspensão dos direitos políticos	433
6. Dosimetria e metódica na imposição das sanções de improbidade administrativa à luz da LIA em vigor	433
Conclusões	443
Bibliografia	444

PARTE IV

ASPECTOS PROCESSUAIS E PROCEDIMENTAIS NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A INDISPONIBILIDADE DE BENS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA REFORMADA..... 447

ANTONIO ARAALDO FERRAZ DAL POZZO e MÁRIO HENRIQUE DE BARROS DORNA

Introdução: panorama legal desde a Constituição Federal até a Lei nº 8.429/1992 e as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021.....	447
1. Indisponibilidade de bens – cautelares no CPC/2015: rápido aceno.....	450
2. A indisponibilidade de bens na nova Lei de Improbidade Administrativa – visão geral	451
3. Momentos em que pode ser requerida a cautelar de indisponibilidade de bens – legitimação ativa do Ministério Público.....	452
4. Interesse de agir para a cautelar de indisponibilidade de bens por prática de ato de improbidade administrativa.....	453
5. Objeto da cautelar de indisponibilidade de bens por prática de ato de improbidade administrativa – seus limites e sua abrangência	454

5.a.	Valor dos bens a serem indisponibilizados: exclusão do valor da multa – inclusão dos valores correspondentes ao enriquecimento ilícito	454
5.b.	Ordem dos bens a serem indisponibilizados	455
5.c.	Indisponibilidade e litisconsórcio passivo	456
5.d.	Indisponibilidade de bens de terceiro	457
6.	Desconsideração da personalidade jurídica	458
6.a.	Generalidades	458
6.b.	Previsão de desconsideração da personalidade jurídica na Lei de Improbidade Administrativa – exegese da segunda parte do § 7º do art. 16... ..	458
6.c.	Distinções necessárias – ato de improbidade administrativa e atos lesivos à administração pública	459
6.d.	A pessoa jurídica como coautora de ato de improbidade administrativa	460
6.e.	Sanções aplicáveis à pessoa jurídica quando for <i>coautora</i> de ato de improbidade administrativa e quando dele <i>apenas se beneficiar</i>	460
7.	Substituição da garantia real	462
8.	Substituição da garantia real e processos pendentes	463
9.	A decisão judicial sobre a indisponibilidade de bens	465
9.a.	Casos de indeferimento da medida cautelar segundo a LIA	465
9.b.	Algumas normas procedimentais da LIA	467
9.c.	Da responsabilização da pessoa jurídica na Lei de Improbidade Administrativa	467
9.d.	Recorribilidade da decisão sobre a indisponibilidade de bens	468
	Referências bibliográficas	469
	INQUÉRITO CIVIL	471
	FABRÍCIO MOTTA e SPIRIDON ANYFANTIS	
	Introdução	471
1.	Características	473
2.	Unilateralidade e contraditório	475
3.	Facultatividade	477
4.	Titularidade para instauração	477
5.	Publicidade	478
6.	Peças de informação	481
7.	Instrução do inquérito civil	482
8.	Valor probatório do inquérito civil	484
9.	Prazo para conclusão	486
10.	A recomendação	491
11.	Arquivamento	495
	Conclusão	497
	Bibliografia	499

A INDISPONIBILIDADE DE BENS NA REFORMA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	501
SILVIO LUÍS FERREIRA DA ROCHA	
Considerações gerais	501
Pressupostos	503
Efeitos da indisponibilidade	506
Limites para a indisponibilidade	507
Indisponibilidade e terceiros.....	507
Procedimento a ser observado	508
Alterações em comparação com o regime anterior	508
Bibliografia	508
A MEDIDA ACAUTELATÓRIA DE INDISPONIBILIDADE PATRIMONIAL NA NOVA LEI DE IMPROBIDADE: O QUE MUDOU?	509
FLÁVIO GARCIA CABRAL	
Introdução	509
1. A aplicação da indisponibilidade patrimonial antes da Lei nº 14.230/2021 ...	510
2. A indisponibilidade patrimonial diante da “Nova Lei de Improbidade Administrativa” (Lei nº 14.230/2021).....	515
Conclusões	520
Referências bibliográficas	520
O NOVO CODEX PROCESSUAL DA LEI 8.429/1992	523
EVANE BEIGUELMAN KRAMER	
Referências	528
NULIDADE DA DECISÃO QUE CONDENA O RÉU SEM A PRODUÇÃO DE PROVAS: COMENTÁRIOS AO ART. 17, § 10-F, INCISO II, DA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	529
JOSÉ AMÉRICO ZAMPAR JÚNIOR e JULIANA CAROLINA FRUTUOSO BIZARRIA	
Introdução	529
1. Momentos da prova.....	530
2. Julgamento antecipado do mérito e a Lei de Improbidade	532
3. Preclusão processual e pedido de provas	534
4. Preclusão processual e recorribilidade	537
5. Produção de provas em sede de recurso.....	540
Conclusão.....	542
Referências	543
DA MEDIDA DE INDISPONIBILIDADE DE BENS APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 14.230/21	545
RAPHAEL LEANDRO SILVA e DIEGO FARAH FERRERO	
Introdução	545
1. Da medida de indisponibilidade de bens e seus requisitos.....	545

Conclusão.....	554
Bibliografia.....	554
O SANEAMENTO PROCESSUAL COLABORATIVO NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	557
GUSTAVO GONÇALVES GOMES e JOSÉ FELIPE MACHADO PERRONI	
Introdução.....	557
1. Saneamento no sistema processual civil brasileiro.....	558
1.1. Evolução histórica.....	558
1.2. Saneamento processual no CPC de 2015.....	560
2. Lei de Improbidade Administrativa.....	565
2.1. Aspectos gerais da lei.....	565
2.2. Procedimento judicial.....	566
3. Saneamento processual nas ações de improbidade administrativa.....	568
Conclusão.....	570
Referências bibliográficas.....	571
PROCESSO ADMINISTRATIVO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	573
VLADIMIR DA ROCHA FRANÇA	
Introdução.....	573
1. Ato de improbidade administrativa como ato ilícito administrativo.....	574
2. Sobre a representação contra ato de improbidade administrativa.....	575
3. Processo e julgamento do ato de improbidade administrativa na esfera administrativa.....	577
4. Processo e julgamento do ato de improbidade administrativa no Tribunal de Contas.....	580
5. Considerações finais.....	580
Referências bibliográficas.....	580
A LEGITIMIDADE ATIVA EXCLUSIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA LEI Nº 8.429/92: APONTAMENTOS À LUZ DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 7.042 E Nº 7.043.....	583
MARIA FERNANDA PIRES DE CARVALHO PEREIRA e CAIO MÁRIO LANA CAVALCANTI	
Introdução.....	583
1. A síntese dos argumentos apresentados pela ANAPE e pela ANAFE no tocante à inconstitucionalidade do art. 17, <i>caput</i> , da Lei nº 8.429/92, que confere legitimidade ativa exclusiva ao Ministério Público para o ajuizamento da ação de improbidade administrativa.....	588
2. A decisão monocrática do Ministro Alexandre de Moraes, em sede de medida cautelar, quanto à legitimidade ativa exclusiva do Ministério Público para ajuizar a ação de improbidade administrativa.....	590
3. Da inconstitucionalidade da interpretação do art. 17, <i>caput</i> , da Lei nº 8.429/92, com redação dada pela Lei nº 14.230/21, que ofereça ao Ministério Público a legitimidade ativa exclusiva para o ajuizamento da ação de improbidade administrativa.....	592

Conclusão.....	600
Referências bibliográficas	601

PARTE V

ACORDOS NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

O REGIME JURÍDICO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	607
--	------------

AUGUSTO NEVES DAL POZZO, PERCIVAL JOSÉ BARIANI JUNIOR e JOÃO NEGRINI NETO

Introdução	607
1. Os Acordos de Não Persecução Civil na seara da Improbidade Administrativa: origens	609
2. Os requisitos e condições legais dos Acordos de Não Persecução Civil	611
2.1. Da necessidade de ressarcimento integral para celebração de Acordos de Não Persecução Civil – uma análise crítica	612
2.2. Dos requisitos procedimentais mínimos para a celebração de Acordos de Não Persecução Civil	614
3. As finalidades da sanção no Direito Administrativo e o Acordo de Não Persecução Civil	617
Conclusão.....	618
Referências	619

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL	621
---	------------

WALLACE PAIVA MARTINS JUNIOR

Introdução	621
1. Resolução consensual de conflitos	623
2. Evolução: da proibição à permissão da composição na repressão à improbidade administrativa	626
3. Linhas gerais do acordo de não persecução civil.....	628
4. Titularidade exclusiva.....	630
5. Objeto	630
6. Requisitos formais.....	632
7. Parâmetros	633
8. Vedações	634
9. Cláusulas.....	637
10. Momento.....	638
Referências	639

O NOVO REGRAMENTO LEGAL DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL	641
--	------------

LEONARDO BELLINI DE CASTRO

Introdução	641
1. Aspectos históricos da formação legal do consenso no direito administrativo sancionador.....	642

2. Hipóteses, natureza jurídica e requisitos do acordo de não persecução cível	644
3. Objeto do acordo de não persecução cível	648
4. Autoridades competentes para a celebração de acordos de não persecução, revisão e ou descumprimento do acordo	652
Conclusões	654
Referências	655
ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL NA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	657
MARCELO FIGUEIREDO	
OS ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL NA SEARA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E OS IMPACTOS TRAZIDOS PELA LEI Nº 14.230/2021	663
RITA TOURINHO	
Introdução	663
1. Direito público sancionador: o caminho percorrido no âmbito da improbidade administrativa	664
2. O acordo de não persecução cível: considerações iniciais sobre sua natureza e seu esboço normativo original na Lei nº 8.429/92.....	670
3. Iniciativas voltadas à regulamentação do acordo de não persecução cível – ANPC: requisitos iniciais	672
4. Das sanções constantes da Lei nº 8.429/1992 aplicáveis aos acordos de não persecução cível	674
5. Impactos das alterações da Lei de Improbidade Administrativa: um novo conceito de improbidade administrativa acolhido com a possível retroatividade da lei.....	677
5.1. O que era e o que se tornou a improbidade administrativa	678
5.2. A possível retroatividade dos tipos de improbidade: o que fazer?	681
6. O destino dos acordos de não persecução cível firmados antes da Lei nº 14.230/2021.....	684
Conclusão	687
Referências bibliográficas	688
A PACTUAÇÃO DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL (ANPC).....	693
JULIZAR BARBOSA TRINDADE JÚNIOR	
Introdução	693
1. Considerações sobre o Acordo de não Persecução Civil (ANPC): da unilateralidade à consensualidade.....	694
2. A sanção de suspensão dos direitos políticos.....	697
3. A pactuação da sanção de suspensão de direitos políticos	698
Conclusão	708
Referências	710

PARTE VI

PRESCRIÇÃO NO NOVO REGIME DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A PRESCRIÇÃO NA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	715
ANTONIO ARALDO FERRAZ DAL POZZO e MÁRIO HENRIQUE DE BARROS DORNA	
1. A nova legislação sobre improbidade administrativa.....	715
2. Prescrição e o Estado de Direito	716
3. Prescrição: conceito e natureza jurídica	718
4. A prescrição na Constituição Federal e na jurisprudência dos Tribunais Superiores	720
5. A vigência das leis no tempo.....	722
6. A Irretroatividade da lei como regra geral – situações jurídicas protegidas em face da vigência da lei nova.....	722
7. Aplicação das regras legais à nova Lei de Improbidade Administrativa	723
8. Situações jurídicas protegidas pela imediata aplicação da lei nova	724
9. Termos <i>inicial e final</i> dos prazos prescricionais na nova LIA.....	727
10. Das causas de suspensão e de interrupção da prescrição na LIA	729
11. Casos de interrupção da prescrição	730
12. Conceito de prescrição intercorrente	730
13. Termos inicial e final da prescrição intercorrente	731
14. Os efeitos da suspensão e interrupção quando o ato de improbidade administrativa é praticado por vários sujeitos	732
15. Casos de atos de improbidade administrativa conexos.....	733
16. Decisão que reconhece a prescrição	735
17. Prazo de conclusão do inquérito civil.....	735
18. Prazo para ajuizamento da ação	736
19. Atos ímprobos que atingem recursos partidários.....	737
20. Capacitação dos agentes públicos e políticos	737
PRESCRIÇÃO NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	739
ALEXANDRE JORGE CARNEIRO DA CUNHA FILHO	
Introdução	740
1. Prescrição no Direito Administrativo sancionador: aproximação com o Direito Penal ou com o Direito Civil? Importância da teoria geral do direito para superar dificuldades práticas.....	742
2. Prescrição sob a perspectiva da Teoria Geral do Direito – extinção da pretensão punitiva por inércia	744
3. Prescrição na Lei nº 14.230/2021	749
3.1. Início do prazo prescricional: ocorrência do fato ou conhecimento do fato pela autoridade?	750
3.2. Causas de suspensão (art. 23, § 1º, § 2º e § 3º). Prazo peremptório? Casos complexos justificariam suspensão maior por decisão devidamente motivada?.....	753

3.3. Causas de interrupção (art. 23, § 4º e § 5º)	754
3.4. Efeitos da suspensão e interrupção da prescrição para coautores da infração e atos conexos (art. 23, § 6º e § 7º)	755
3.5. Prescrição intercorrente (art. 23, § 8º).....	755
3.6. Aplicação da nova disciplina sobre a prescrição aos processos em curso? Se sim, de forma imediata ou retroativa?	758
Conclusão.....	759
Bibliografia	760

PARTE VII
RETROATIVIDADE NO ÂMBITO
DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA REFORMADA

A RETROATIVIDADE <i>IN BONAM PARTEM</i> DA LEI 14.230/2021	765
CLOVIS BEZOS	
Considerações introdutórias.....	765
1. A irretroatividade da lei nova prejudicial ao réu – a retroatividade da lei nova benéfica ao réu	769
2. A imediata aplicação benéfica da lei nova, inclusive aos feitos em andamento	774
Conclusões	778
Referências	779
DA RETROATIVIDADE BENIGNA DA LEI Nº 14.230/21 ENQUANTO UMA DECORRÊNCIA DAS DIRETRIZES DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.....	781
CRISTIANA FORTINI e CAIO MÁRIO LANA CAVALCANTI	
Introdução	781
1. Um breve apanhado histórico sobre o tema.....	782
2. Dos motivos contextuais que ensejaram a Lei nº 14.230/21	784
3. Por quais motivos o direito administrativo sancionador (DAS) e o direito penal se relacionam? Quais são os principais princípios e diretrizes que permeiam ambos os campos de estudo?	786
4. A retroatividade benéfica ou benigna da Lei nº 14.230/21 enquanto uma consequência dos fundamentos do direito administrativo sancionador	789
Conclusão.....	797
Referências	799
A RETROATIVIDADE DA LEI Nº 14.230/2021	801
RAFAEL MAFFINI e DENISE GUTILIÊRS DA CAS	
Nota introdutórias	801
1. Aplicação dos Princípios do Direito Administrativo Sancionador: a (ir)retroatividade da lei mais benéfica.....	805
2. Lei nº 14.230/21: a incidência das novas disposições de direito material nos processos em curso.....	813
2.1. Dos tipos de atos de improbidade	814

2.2. Das sanções	816
2.3. Da prescrição	819
Considerações finais	821
Referências bibliográficas	821

NATUREZA JURÍDICA DA RETROATIVIDADE DA LEI PENAL BENÉFICA E SUA INAPLICABILIDADE ÀS DISPOSIÇÕES BENIGNAS DA LEI N. 14.230/2021..... 823

GENILSON RODRIGUES CARREIRO	
Introdução	823
1. Definindo a natureza jurídica da retroatividade da lei penal mais benéfica....	825
2. Panorama da doutrina e da jurisprudência sobre a aplicação da retroatividade <i>in mellius</i> no regime das sanções administrativas	827
3. Desvendando a norma por trás do texto do art. 5º, XL, da Constituição Federal.....	829
4. Omissão normativa quanto à retroeficácia de normas sancionadoras administrativas e <i>tempus regit actum</i>	834
4.1. O art. 9º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a interpretação da Corte Interamericana de Direitos Humanos	840
4.2. Do descabimento da interpretação autêntica	842
5. Retroatividade e algumas consequências prováveis.....	845
Conclusão.....	849
Referências	850